

O SOCIALISMO E AS IGREJAS: O COMUNISMO DOS PRIMEIROS CRISTÃOS

(*)

Rosa Luxemburgo

CAPÍTULO I

Desde o momento em que os trabalhadores da Polônia e da Rússia começaram a lutar corajosamente contra o governo czarista e contra os exploradores capitalistas, notamos cada vez com mais frequência que os padres, nos seus sermões, se lançam contra esses trabalhadores que lutam. É com extraordinário vigor que o clero combate os socialistas e tenta, por todos os meios, minimizá-los aos olhos dos trabalhadores. Os crentes que vão à igreja, aos domingos e dias festivos, são compelidos, cada vez mais a ouvirem um violento discurso político, uma verdadeira denúncia do Socialismo, em vez de ouvirem um sermão e nele obterem consolação religiosa. Em vez de confortarem as pessoas, que estão cheias de preocupações, e cansadas pela vida difícil, e que vão à igreja com fé no Cristianismo, os padres fulminam os trabalhadores que estão em greve e os opositores do Governo; e ainda mais, exortam-nos a suportar a pobreza e a opressão com humildade e paciência. Transformaram a igreja e o púlpito num lugar de propaganda política.

Os trabalhadores podem convencer-se facilmente que a luta do clero contra os sociais-democratas não é de modo algum provocada por estes. Os sociais-democratas propõem-se, como objetivo, unirem-se e organizarem os trabalhadores na luta contra o capital, isto é, contra os exploradores que lhes sugam a última gota de sangue, e na luta contra o governo czarista que impede a libertação do povo. Mas nunca os sociais-democratas conduzem os trabalhadores para a luta contra o clero ou tentam interferir com as crenças religiosas; de modo algum! Os sociais-democratas, de todo o mundo e da própria Polônia, consideram a consciência e as opiniões pessoais como sendo sagradas. Todo o homem pode ter aquela fé e aquelas opiniões que lhe pareçam capazes de assegurar a felicidade. Ninguém tem o direito de perseguir ou atacar a opinião religiosa particular dos outros. Isto é o que os socialistas pensam. E é por esta razão, entre outras, que os socialistas estimulam o povo a lutar contra o regime czarista, que está continuamente violentando a consciência das pessoas, perseguindo católicos, católicos russos (1), judeus, heréticos e livres-pensadores. São precisamente os sociais-democratas que aparecem mais fortemente em defesa da liberdade de consciência. Portanto, pareceria que o clero tinha obrigação de dar sua ajuda aos sociais-democratas que tentam aliviar o povo oprimido. Se entendermos devidamente os ensinamentos que os socialistas trazem à classe trabalhadora, o ódio do clero contra eles torna-se ainda menos compreensível.

Os sociais-democratas propõem-se pôr fim à exploração do povo pelos ricos. Pensar-se-ia que os servidores da Igreja deveriam ter sido os primeiros no desempenho desta tarefa, mais do que os sociais-democratas. Não é Jesus Cristo (de quem os padres são servidores) quem ensina que "é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus"? Os sociais-democratas tentam trazer a todos os países, regimes sociais baseados na igualdade, liberdade e fraternidade de todos os cidadãos. Se o clero realmente deseja que o princípio "Ama o teu próximo como a ti mesmo" seja aplicado na vida real, por que é que não recebe bem e com entusiasmo a propaganda dos sociais-democratas? Os sociais-democratas tentam, através de luta desesperada e da educação e organização do povo, subtraí-lo à opressão em que se encontra e oferecer-lhe o melhor futuro para os filhos. Todos devem admitir que, neste ponto, o clero deveria abençoar os sociais-democratas, pois não é aquele que eles servem, Jesus Cristo, que diz que "o que fizeres aos pobres é a mim que o fazes"?

Contudo vemos o clero, por um lado, excomungando e perseguindo os sociais-democratas e, por outro, mandando os trabalhadores sofrer com paciência, isto é, deixando-os pacientemente ser explorados pelos capitalistas. O clero atira-se violentamente contra os sociais-democratas, exorta os trabalhadores a não se revoltarem contra os dominadores, mas a submeter-se obedientemente à opressão deste governo que mata o povo indefeso, que manda para a monstruosa carnificina da guerra milhões de trabalhadores, que persegue católicos, católicos russos e "Velhos Crentes" (2). Assim, o clero, que se torna o porta-voz dos ricos, o defensor da exploração e opressão, põe-se a si próprio em flagrante contradição com a doutrina cristã. Os bispos e os padres não são os propagadores dos ensinamentos cristãos, mas os adoradores do "Bezerro de Ouro" e do azorrague que chicoteia os pobres e indefesos.

Além disso, todos sabem que os próprios padres tiram proveito do trabalhador, extraem-lhe dinheiro por ocasião do batismo, casamento e funeral. Quantas vezes tem acontecido que o padre, chamado à cabeceira da cama de um doente para administrar os últimos sacramentos, se recusa a ir lá antes de lhe serem pagos os seus

honorários? O trabalhador vai, desesperado, vender ou hipotecar os seus últimos bens para ser capaz de dar uma consolação religiosa a seu parente.

É verdade que encontramos clérigos de outra espécie. Existem alguns que estão cheios de bondade e misericórdia e que não procuram lucros; estes estão sempre prontos a ajudar os pobres. Mas devemos admitir que são, sem dúvida, raros e que podem ser olhados da mesma maneira que melros brancos. A maior parte dos padres, de faces rosadas, curvam-se e saúdam cortesmente os ricos e os poderosos, perdoando-lhes silenciosamente toda a depravação e toda a iniquidade. Para com os trabalhadores, o clero comporta-se de maneira bem diferente: pensa apenas em espezinhá-los sem piedade; em sermões ríspidos condenam a *cobiça* dos trabalhadores quando estes nada mais fazem do que defender-se contra os erros do capitalismo. A espantosa contradição entre as ações do clero e os ensinamentos do Cristianismo deve levar-nos a refletir. Os trabalhadores espantam-se de como na luta de sua classe pela emancipação vão encontrar nos servidores da Igreja inimigos e não aliados. Como é que a Igreja desempenha o papel de defesa da opressão rica e sangrenta, em vez de ser o refúgio dos explorados? Para entender este fenómeno estranho, basta lançar os olhos sobre a história da Igreja e examinar a evolução pela qual ela passou ao longo dos séculos.

CAPÍTULO II

Os sociais-democratas desejam pôr em execução o estado de *Comunismo*; é principalmente isso o que o clero tem contra eles. Em primeiro lugar, é chocante notar que os padres de hoje, que combatem o Comunismo, condenam, na realidade, os primeiros apóstolos cristãos. Estes não passaram, de fato, de ardentes comunistas.

A religião cristã desenvolveu-se, como é bem conhecido, na Roma antiga, no período do declínio do Império, que fora, antes, rico e poderoso, compreendendo os países que hoje são a Itália e a Espanha, parte da França, parte da Turquia, a Palestina e outros territórios. O estado de Roma, por altura do nascimento de Jesus Cristo, parecia-se muito com o da Rússia czarista. Por um lado, ali vivia um punhado de gente rica, gozando a luxúria e todos os prazeres; por outro, uma enorme massa de pobres apodrecia na pobreza; sobretudo um governo despótico, assente na violência e na corrupção, exercia uma vil opressão. Todo o Império Romano foi mergulhado em completa desordem e cercado por ameaçadores inimigos: a soldadesca desenfreada, no poder, praticava as suas crueldades sobre a população desgraçada; a província estava deserta, a terra jazia abandonada; as cidades, especialmente Roma, a capital, estava cheia de uma pobreza chocante que erguia os olhos carregados de ódio para os palácios dos ricos; o povo estava sem pão, sem abrigo, sem vestuário, sem esperança e sem possibilidade de sair de sua pobreza.

Há apenas uma diferença entre Roma na sua decadência e o Império dos czares: Roma nada sabia de capitalismo; não existia ali a indústria pesada. Naquele tempo, a escravatura estava na ordem de coisas aceitas em Roma. As famílias nobres, os ricos e os financistas satisfaziam todas as suas necessidades explorando os escravos com que a guerra os tinha abastecido. Com o passar do tempo, estas pessoas ricas tinham se apoderado de quase todas as províncias da Itália, expropriando os camponeses de sua terra. Como se apropriavam de cereais em todas as províncias conquistadas, como tributo sem custo, davam-se ao luxo de abandonar, nos seus próprios estados, plantações magníficas, vinhas, pastagens, pomares e ricos jardins, cultivados por exércitos de escravos que trabalhavam debaixo do chicote do capataz. Assim, formou-se em Roma um exército numeroso dos que nada possuíam - o proletariado (3) - não tendo mesmo a possibilidade de vender a força de seu trabalho. Este proletariado, vindo do campo, não podia, portanto, ser absorvido pelas empresas industriais como acontece hoje; tornaram-se vítimas da pobreza desesperada e foram reduzidos à mendicância. Esta numerosa massa popular, morrendo de fome, sem trabalho, enchendo os subúrbios, os espaços livres e as ruas de Roma, constituía um perigo permanente para o governo e para as classes dominantes. Portanto, o governo sentiu-se compelido, por interesse próprio, a aliviar a pobreza. Periodicamente distribuía ao proletariado cereais e gêneros alimentícios armazenados nos celeiros do Estado. E mais, para fazer o povo esquecer as suas amarguras, oferecia-lhe espetáculos gratuitos de circo. Ao contrário do proletariado do nosso tempo, que mantém toda a sociedade pelo seu trabalho, o enorme proletariado de Roma existia pela caridade.

Eram os escravos miseráveis, tratados como bestas, que trabalhavam para a sociedade romana. Neste caos de pobreza e degradação, um punhado de magnatas romanos passava o seu tempo em orgias e devassidão. Não havia possibilidade de sair destas monstruosas condições sociais. O proletariado queixava-se e ameaçava; de vez em quando revoltava-se, mas uma classe de mendigos, vivendo das migalhas caídas da mesa dos senhores, não podia estabelecer uma nova ordem social. Além disso, os escravos mantinham com seu trabalho toda a sociedade, estavam muito espezinhados, bastante dispersos, demasiado esmagados pelo jugo, tratados como bestas e vivendo bastante isolados das outras classes para serem capazes de transformar a sociedade. Revoltaram-se muitas vezes contra seus patrões, tentaram libertar-se em batalhas sangrentas, sendo dizimados pelo exército romano, que os massacrava aos milhares e os condenava à morte na cruz.

Nesta sociedade que desmoronava, onde não existia saída desta trágica situação para o povo, nem esperança alguma de uma vida melhor, os desgraçados voltavam-se para o Céu procurando nele a salvação. A religião cristã aparecia a estes infelizes seres como uma tábua de salvação, um consolo e um encorajamento e tornou-se logo, desde o princípio, a religião dos proletários romanos. Em conformidade com a posição material dos homens pertencentes a esta classe, os primeiros cristãos fizeram a proposta da propriedade em comum - comunismo. O que é que poderia ser mais natural? As pessoas careciam de meios de subsistência e estavam morrendo de pobreza. Uma religião que defendia o povo pedia que os ricos partilhassem com os pobres as riquezas que devem pertencer a todos e não a um punhado de pessoas privilegiadas; uma religião que pregava a igualdade de todos os homens teria grande sucesso. Contudo, isto nada tem de comum com as propostas atuais dos sociais-democratas, com vistas à transformação em propriedade comum dos instrumentos de trabalho, dos meios de produção, para que toda a humanidade possa trabalhar e viver em unidade harmoniosa.

Vimos que os proletários romanos não viviam do trabalho, mas das esmolas que o governo distribuía. Assim, a exigência, pelos cristãos, da coletivização da propriedade, não diz respeito aos meios de produção, mas aos bens de consumo. Eles não pediam que a terra, as oficinas e os instrumentos de trabalho se tornassem propriedade coletiva, mas apenas que tudo deveria ser repartido entre eles, casas, roupas, alimentos e os produtos acabados mais necessários à vida. Os comunistas cristãos não se preocuparam em inquirir acerca da origem destas riquezas. O trabalho de produção recaiu sempre sobre os escravos. O povo cristão desejava apenas que os que possuíam riquezas abraçassem a religião cristã e fizessem de suas riquezas propriedade comum, de modo que todos pudessem gozar destas coisas boas em igualdade e fraternidade.

Foi, na verdade, deste modo que as primeiras comunidades cristãs se organizaram. Um contemporâneo escreveu:

"Estas pessoas não acreditam em fortunas, mas pregam a propriedade coletiva e nenhuma entre elas possui mais do que as outras. Quem desejar entrar na sua ordem é obrigado a pôr a sua fortuna como propriedade comum a essas mesmas pessoas. É por isso que não há entre eles nem pobreza nem luxo - todos possuindo tudo em comum, como irmãos. Não vivem numa cidade à parte, mas em cada uma têm casas para eles próprios. Se quaisquer estrangeiros pertencentes à sua religião aparecem, repartem a propriedade com eles e podem se beneficiar dela como se fosse propriamente sua. Essas pessoas, mesmo que desconhecidas anteriormente umas das outras, dão as boas-vindas uns aos outros e as suas relações são muito amigáveis. Quando viajam não levam nada senão uma arma para se defenderem dos ladrões. Em cada cidade têm o seu administrador, que distribui roupa e alimento aos viajantes. Negócio não existe entre eles. Contudo, se um dos membros oferece algum objeto de que ele precisa, recebe outros em troca. Mas também cada um pode pedir o que precisa, mesmo que não possa dar nada em troca".

Lemos nos *Atos dos Apóstolos* (IV 34, 35) a seguinte descrição da primeira comunidade de Jerusalém:

"Entre eles não havia ninguém necessitado, pois todos os que possuíam terras ou casas vendiam-nas, traziam o produto da venda e depositavam-no aos pés dos Apóstolos. E a cada um era distribuído de acordo com a sua necessidade".

Em 1780, o historiador alemão Vogel escreveu quase a mesma coisa acerca dos primeiros cristãos:

"De acordo com a regra, todo cristão tinha direito à propriedade de todos os membros da comunidade; caso quisesse, podia pedir que os mais ricos dividissem sua fortuna com ele, de acordo com suas necessidades. Todo cristão podia fazer uso da propriedade dos seus irmãos; aqueles que possuíam qualquer coisa não tinham direito de recusar o seu uso aos irmãos. Assim, os cristãos que não tinham casa podiam exigir do que tinha duas ou três que os recebesse; o proprietário conservava para si apenas a própria casa. Mas por causa da comunidade de gozo dos bens, tinha de dar-se habitação àquele que não a tinha".

O dinheiro era colocado em caixa comum e um membro da sociedade, especialmente escolhido para esse fim, dividia a fortuna coletiva entre todos. Mas isto não era tudo. Entre os primeiros cristãos, o comunismo foi levado tão longe que eles tomavam as suas refeições em comum. A vida familiar era portanto abolida; todas as famílias cristãs, numa sociedade, viviam juntas, como uma única e grande família.

Para terminar, acrescentemos que certos padres atacam os sociais-democratas alegando que somos a favor da comunidade de mulheres. Obviamente, isto é uma grande mentira, proveniente da ignorância ou da inia do clero. Os sociais-democratas consideram isso uma distorção vergonhosa e bestial do casamento. E contudo esta prática foi usual entre os primeiros cristãos.

Deste modo, os cristãos dos séculos I e II foram adeptos fervorosos do comunismo. Mas este comunismo era baseado no consumo de produtos acabados e não no trabalho, e mostrou-se incapaz de reformar a sociedade e de pôr fim à desigualdade entre os homens e de derrubar a barreira que separa ricos de pobres. Por isso,

exatamente como antes, as riquezas criadas pelo trabalho ficavam num restrito grupo de possuidores, porque os meios de produção (especialmente a terra) permaneciam propriedade individual, porque o trabalho - para toda a sociedade - era fornecido pelos escravos. O povo desprovido de meios de subsistência, recebia apenas esmolas.

Enquanto uns poucos (em proporção com a massa do povo) possuírem exclusivamente para seu próprio uso todas as terras cultiváveis, florestas e pastagens, os animais do campo e as casas de lavoura, todas as oficinas, ferramentas e materiais de produção, e enquanto outros, a imensa maioria, não possuir nada do que é indispensável na produção, não pode haver qualquer espécie de igualdade entre os homens. Em tais condições, a sociedade, evidentemente, encontra-se dividida em duas classes, os ricos e os pobres, os do luxo e os da pobreza. Suponhamos, por exemplo, que os ricos proprietários, influenciados pela doutrina cristã, oferecessem para distribuição ao povo todas as riquezas que possuíam em forma de dinheiro, cereais, frutas, vestuário e animais. Qual seria o resultado? A pobreza desapareceria por algumas semanas e, durante este tempo, a população poderia alimentar-se e vestir-se. Mas os produtos acabados são rapidamente consumidos. Após um pequeno lapso de tempo, as pessoas, tendo consumido as riquezas distribuídas, teriam uma vez mais as mãos vazias. Os proprietários da terra e os instrumentos de produção podiam produzir mais, graças ao trabalho dos escravos, e assim nada se mudaria.

Bem, aqui está por que os sociais-democratas consideram estas coisas de um modo diferente dos comunistas cristãos. Eles dizem: "Não queremos que os ricos repartam com os pobres: não queremos nem caridade nem esmolas; ambas as coisas são incapazes de impedir o retorno da desigualdade entre os homens. Não é de modo algum uma partilha entre ricos e pobres que nos desejamos, mas a completa supressão de ricos e pobres". Isto é possível desde que as fontes de toda a riqueza, a terra, em comum com todos os outros meios de produção e instrumentos de trabalho, se tornem propriedade coletiva do povo trabalhador que irá produzir para si próprio, de acordo com as necessidades de cada um. Os primeiros cristãos acreditaram que podiam remediar a pobreza do proletariado por meio das riquezas oferecidas pelos possuidores. Isso seria deitar água numa peneira! O comunismo cristão foi não só incapaz de mudar ou melhorar a situação econômica, como não subsistiu.

A princípio, quando os seguidores do novo Salvador constituíam um pequeno grupo na sociedade romana, a divisão do pecúlio comum, as refeições em comum e o viver debaixo do mesmo teto, eram praticáveis. Mas, quando o número de cristãos se espalhou pelo território do Império, esta vida comunitária dos seus aderentes tornou-se mais difícil. Em breve desapareceu o costume das refeições em comum e a divisão dos bens tomou um novo aspecto. Os cristãos não mais viveram como uma família; cada um cuidou de sua propriedade particular já não ofereciam o total dos seus bens à comunidade, mas apenas o supérfluo. As ofertas dos mais ricos dentre eles ao organismo geral, perdendo o seu caráter de participação numa vida comum, em breve se transformaram em simples *esmolas*, desde que os cristãos ricos deixaram de fazer caso da propriedade comum e passaram a pôr ao serviço dos outros apenas uma parte do que tinham, parte que podia ser maior ou menor, consoante a boa vontade do doador. Assim, no coração do comunismo cristão, apareceu diferença análoga à que reinava no Império Romano e contra a qual os primeiros cristãos tinham combatido. Em breve foram apenas os cristãos pobres - os proletários - que tomaram parte em refeições comuns; os ricos, tendo oferecido uma parte da sua abundância, conservaram-se à parte. Os pobres viviam das esmolas atiradas pelos ricos e a sociedade tornou-se outra vez aquilo que tinha sido. Os cristãos não tinham mudado a bel-prazer dos ricos.

Os padres da Igreja lutaram muito ainda, com palavras escaldantes, contra esta penetração da desigualdade social na comunidade cristã, flagelando os ricos e exortando-os a voltarem ao comunismo dos primeiros Apóstolos.

S. Basílio, no século IV depois de Cristo, pregou assim contra os ricos:

"Miseráveis, como vos ireis justificar diante do Juiz do Céu? Vós dizeis-me: 'Qual é a nossa falta, quando guardamos o que nos pertence?' Eu pergunto-vos: Como é que arranjastes isso a que chamais vossa propriedade? Como é que os possuidores se tornam ricos, senão tomando posse das coisas que pertencem a todos? Se todos tomassem apenas o que é estritamente necessário, deixando o resto aos outros, não haveria nem ricos nem pobres".

Foi S. João Crisóstomo, patriarca de Constantinopla (nascido em Antioquia em 347, falecido no exílio, na Armênia, em 407), quem pregou mais ardentemente aos cristãos para regressarem ao primeiro comunismo dos Apóstolos. Este célebre pregador, na sua 11ª homília sobre os *Atos dos Apóstolos*, disse:

"E havia uma grande caridade entre eles (os Apóstolos); ninguém era pobre. Ninguém considerava como seu o que lhe pertencia, todas as suas riquezas estavam em comum. . . uma caridade existia em todos eles. Esta caridade consistia em que não havia pobres, de tal modo que os que tinham bens apressavam-se a desprender-se deles. Não dividiam as suas fortunas em duas partes, dando uma e guardando a outra; davam o que tinham. Assim não havia desigualdade. Todos viviam em grande abundância. Tudo se fazia com o maior respeito. O que davam não passava da mão do doador para a mão do que recebia; as suas dádivas eram sem ostentação;

traziam os bens aos pés dos apóstolos que se tornavam os controladores e donos deles e que os usavam, daí para o futuro, como bens da comunidade e já não como propriedade de indivíduos. Por este meio cortaram a possibilidade de glória vã. Ah! Por que é que se terão perdido estas tradições? Ricos e pobres poderíamos todos tirar proveito destes costumes piedosos e uns e outros sentiríamos o mesmo prazer em nos conformarmos com eles. Os ricos não empobreciam ao desprenderem-se de suas posses, e os pobres seriam enriquecidos. . . Mas tentemos dar uma idéia exata do que se deveria fazer. . . Ora, suponhamos - e nem pobres nem ricos precisam de se almar, pois eu estou apenas supondo - suponhamos que vendemos tudo o que nos pertence para formos o produto da venda numa conta comum. Que somas de ouro se amontoariam! Não sei dizer com exatidão quanto isso iria dar; mas se todos entre nós, sem distinção de sexo, trouxéssemos os nossos tesouros, se vendéssemos os campos, as propriedades, as casas - não falo de escravos, pois não havia nenhum na comunidade cristã e os que houvessem tornavam-se livres - talvez, se todos fizessem o mesmo, creio que conseguiríamos centenas de milhares de libras de ouro, milhões, enormes valores

Bem. Quantas pessoas pensam que vivem nesta cidade? Quantos cristãos? Concordam em que haja uns cem mil? O resto será constituído por judeus e gentios. Quantos não conseguiríamos unir? Ora, se contássemos os pobres, quantos seriam? Cinquenta mil necessitados, no máximo. O que seria necessário para os alimentar em cada dia? Julgo que a despesa não seria excessiva, se o fornecimento e o consumo da alimentação fossem organizados em comum. Dir-se-á talvez: 'Mas o que será de nós quando estes gêneros estiverem consumidos?' Mas o que? Isso poderia acontecer? A graça de Deus não seria mil vezes mais abundante? Não estaríamos nós fazendo um céu na Terra? Se anteriormente esta comunidade de bens existiu entre três a cinco mil fiéis e teve bons resultados e baniu a pobreza entre eles, por que não resultaria numa grande multidão como esta? E entre os próprios pagãos, quem não se apressaria a aumentar o tesouro comum? A riqueza que é possuída por várias pessoas é muito mais fácil e rapidamente gasta; a difusão da propriedade é a causa da pobreza. Tomemos como exemplo uma família composta de marido, esposa e 10 filhos; a esposa ocupando-se em fiar lã, o marido trazendo o salário do seu trabalho fora de casa; digam-me, em que gastaria mais esta família, se vivendo em comum ou vivendo separadamente? Obviamente, se estivessem separados. Dez casas, dez mesas, dez criados, e dez subsídios especiais seriam necessários para as crianças se vivessem separados. O que é que se faria se se possuíssem muitos escravos? Não é verdade que para reduzir as despesas se iria alimentá-los numa mesa comum? A divisão é uma causa de empobrecimento; a concórdia e a unidade de vontades é uma causa de riquezas.

Nos mosteiros, ainda se vive como na primitiva Igreja. E quem morre de fome ali? Quem é que ali não encontra o bastante para comer? Contudo os homens do nosso tempo temem viver dessa maneira mais do que temem cair ao mar! Por que é que não o tentamos? Temê-lo-íamos? Que grande ato seria esse! Se alguns fiéis, uns escassos oito mil, gostaram, na presença de todo o mundo, onde não tinham senão inimigos, de fazer uma corajosa tentativa de viver em comum, sem qualquer auxílio externo, quanto melhor o podíamos nós fazer hoje, agora que há cristãos em todo o mundo? Permaneceria um único gentio? Nenhum, creio eu. Nós atraí-los-íamos todos e ganhá-lo-íamos para nós."

Estes ardentes sermões de S. João Crisóstomo foram em vão. Os homens não mais tentaram estabelecer o comunismo nem em Constantinopla, nem em parte alguma. Ao mesmo tempo que o Cristianismo se expandia e se tornava, em Roma, depois do século IV, a religião dominante, os fiéis distanciavam-se cada vez mais do exemplo dos primeiros Apóstolos. Mesmo dentro da própria comunidade cristã, a desigualdade de bens entre fiéis cresceu.

De novo, no século VI, Gregório, o Grande, disse:

"Não é, de modo algum, bastante não roubar a propriedade dos outros; é errado conservar para si próprio a riqueza que Deus criou para todos. Aquele que não dá aos outros o que possui é um assassino; quando guarda para seu próprio uso o que proveria os pobres, pode dizer-se que está matando os que podiam ter vivido da sua abundância; quando repartirmos com os que estão sofrendo, nós não damos o que nos pertence, mas o que lhe pertence. Isto não é um ato de misericórdia, mas o pagamento de uma dívida".

Estes apelos foram infrutíferos. Mas a culpa não foi, de modo algum, dos cristãos desses dias, que na verdade correspondiam mais às palavras dos Padres de Igreja do que os cristãos de hoje. Não foi a primeira vez na história da humanidade que as condições econômicas se mostraram elas próprias mais fortes que belos discursos.

O comunismo, esta comunidade de consumo de bens, que os primitivos cristãos proclamaram, não podia ser posta em prática sem o trabalho comum de toda a população, na terra, como prioridade comum, e também em oficinas comunais. No período dos primeiros cristãos, era impossível iniciar o trabalho comunal (com meios comunais de produção) porque, como já afirmamos, o trabalho baseava-se, não em homens livres, mas em escravos que viviam à margem da sociedade.

A Cristandade não tentou abolir a desigualdade entre o trabalho de diferentes homens nem entre a sua propriedade. Razão por que o seu esforço para suprimir a distribuição desigual dos bens de consumo não deu resultado. As vozes dos Padres da Igreja proclamando o Comunismo não encontraram eco. Além disso, estas

vozes, em breve, tornaram-se cada vez menos freqüentes e, finalmente, caíram no silêncio completo. Os Padres da Igreja cessaram de pregar a comunidade e a distribuição dos bens, porque o crescimento da comunidade cristã produziu mudanças fundamentais dentro da própria Igreja.

() Obra publicada pela primeira vez em 1905 na Polônia.*

Notas:

(1) Cristãos ortodoxos. Até meados do século XI, não existia separação da igreja cristão em ocidental (Roma) e oriental (Bizâncio). Divergências entre os papas, representantes da igreja ocidental, e o clero bizantino, culminaram, em 1054, com a ruptura entre a igreja ocidental (que passou a chamar-se católica) e a oriental (que ficou conhecida como bizantina ou ortodoxa).

(2) Seita religiosa russa.

(3) O termo usado por Rosa Luxemburgo não se refere à classe dos explorados sob o regime capitalista, mas aos cidadãos pobres

CAPÍTULO III

A princípio, quando o número de cristãos era pequeno, não existia clero no sentido próprio da palavra. Os fiéis, que formavam uma comunidade religiosa independente, uniam-se em comum, em cada cidade. Elegiam um membro responsável para dirigir o serviço de Deus e realizar as cerimônias religiosas. Todo cristão podia tornar-se bispo ou prelado. Estas funções eram coletivas, sujeitas a revogação, honorárias, e não comunicavam poder além do que a comunidade lhes conferia de livre vontade. À medida que o número de fiéis crescia e as comunidades se tornavam mais numerosas e mais ricas, a gerência dos negócios da comunidade e o desempenho das tarefas tornou-se uma ocupação que exigia muito tempo e uma aplicação total. Como os que exerciam este ofício não podiam executar as suas tarefas e simultaneamente os seus empregos privados, surgiu o costume de eleger entre os membros da comunidade um eclesiástico a quem eram exclusivamente confiadas estas funções. Portanto, estes funcionários da comunidade tinham de ser pagos pela sua devoção exclusiva às funções dela. Assim se formou dentro da Igreja uma nova ordem de funcionários, o clero, que se separou do corpo principal dos fiéis. Paralelamente à desigualdade entre ricos e pobres, aí apareceu uma outra desigualdade entre o clero e o povo. Os eclesiásticos, a princípio eleitos entre iguais com vistas a exercerem uma função temporal, em breve se elevaram a uma espécie de casta que governava o povo.

Quanto mais as comunidades cristãs se tornaram numerosas nas cidades do grande Império Romano, tanto mais os cristãos, perseguidos pelo governo, sentiam necessidade de se unirem para ganhar força. As comunidades, espalhadas por todo o território do Império, organizaram-se portanto numa única Igreja. Esta unificação foi já uma unificação do clero e não do povo. Desde o século IV, os eclesiásticos das comunidades encontravam-se nos concílios. O primeiro concílio realizou-se em Nicéia, em 325. Desta forma se formou o clero, numa ordem separada do povo. Os bispos das comunidades mais ricas e poderosas tomavam a presidência dos concílios. É por isso que o bispo de Roma em breve se colocou a si próprio à cabeça de toda cristandade e se tornou Papa. Assim, um abismo separava o clero, organizado em hierarquia, do povo.

Ao mesmo tempo, as relações econômicas entre o povo e o clero sofreram grande mudança. Antes da formação desta ordem, tudo o que os membros ricos da Igreja ofereciam para propriedade comum, pertencia aos pobres. Depois, uma grande parte dos fundos era gasta em pagar ao clero e em administrar a Igreja.

Quando, no século IV, o Cristianismo foi protegido pelo governo e reconhecido em Roma como sendo a religião dominante, as perseguições aos cristãos terminaram e o culto deixou de ser exercido nas catacumbas ou em modestos compartimentos e passou para igrejas que começaram a ser construídas de forma cada vez mais magníficas. Estas despesas reduziram assim os fundos destinados aos pobres. Já no século V, os rendimentos da Igreja eram divididos em quatro partes: a primeira para o bispo, a segunda para o clero menor, a terceira para manutenção da Igreja e apenas a quarta parte era distribuída pelos necessitados. A população cristã pobre recebia portanto uma soma igual à que o Bispo recebia só para si próprio. Com o tempo foi-se perdendo o hábito de dar aos pobres a importância a eles destinada previamente. Sobretudo, quando o alto clero ganhou importância, os fiéis deixaram de ter o domínio sobre a propriedade da Igreja. Os bispos davam aos pobres a seu bel-prazer. O povo recebia esmolas do seu próprio clero. E não apenas isso. No princípio da cristandade, os fiéis faziam ofertas voluntárias para o tesouro comum. Logo que a religião cristã se tornou uma religião de Estado, o clero exigia que as ofertas fossem trazidas tanto pelos pobres como pelos ricos. Desde o século VI o clero impôs uma taxa especial, o dízimo (a décima parte das colheitas), que tinha de ser paga à Igreja. Esta taxa esmagava o povo como um pesado fardo; durante a Idade Média, tornou-se um verdadeiro flagelo para os camponeses

oprimidos pela servidão. O dízimo era imposto sobre qualquer porção de terra, sobre qualquer propriedade. Mas foi sempre o servo quem pagou com o seu trabalho. Assim os pobres não só perderam a ajuda e o apoio da Igreja, mas viram os padres aliarem-se com os seus outros exploradores: príncipes, nobres, agiotas. Na Idade Média, enquanto a população trabalhadora se aprofundava em pobreza em consequência da escravidão, a Igreja tornava-se cada vez mais rica. Além dos dízimos e de outras taxas, a Igreja se beneficiava, neste período, de grandes doações, legados feitos por ricos libertinos de ambos os sexos que desejavam compensar, no último momento, a sua vida de pecado. Deram e voltaram a dar à Igreja dinheiro, casas aldeias inteiras com os seus servos e algumas vezes rendas de terra ou direitos consuetudinários de trabalho.

Deste modo a Igreja adquiriu uma enorme riqueza. Ao mesmo tempo o clero deixou de o ser, para passar a ser o *administrador* da riqueza que a Igreja tinha recebido. Foi abertamente declarado, no século XII, ao formular-se uma lei que se diz vir da Sagrada Escritura, que a riqueza da Igreja pertence não aos fiéis, mas é propriedade individual do clero e do seu chefe, para o Papa, sobretudo. As posições eclesiásticas, portanto, ofereciam as melhores oportunidades para obter grandes rendimentos. Cada eclesiástico dispunha da propriedade da Igreja como se fosse sua e largamente a doava aos seus parentes, filhos e netos. Por este meio os bens da Igreja foram pilhados e desapareceram nas mãos dos familiares do clero. Por esta razão, os Papas declararam-se como proprietários soberanos das fortunas da Igreja e ordenaram o celibato do clero para o manterem intato e impedir que o seu patrimônio fosse disperso. O celibato foi decretado no século XI, mas não foi posto em prática até o século XIII, devido à posição do clero. Ainda para impedir a dispersão da riqueza da Igreja, em 1297 o Papa Bonifácio VIII proibiu os eclesiásticos de fazerem oferta dos seus rendimentos aos leigos, sem permissão do Papa. Assim a Igreja acumulou enorme riqueza especialmente em terras lavradas e o clero de todos os países cristãos tornou-se o mais importante proprietário de terras. Possuía algumas vezes um terço ou mais do que um terço de todas as terras do país!

Os camponeses pagavam os impostos de trabalho e o dízimo, e não só nas terras dos príncipes e dos nobres, mas também em enormes áreas onde trabalhavam diretamente para bispos, arcebispos, párocos e conventos. Entre todos os poderosos senhores dos tempos feudais, a Igreja aparecia como o maior de todos os exploradores. Na França, por exemplo, no fim do século XVIII, antes da Grande Revolução, o clero possuía a quinta parte de todo o território do país com um rendimento anual de cerca de 100 milhões de francos. Os dízimos pagos pelos proprietários subiam a 23 milhões. Esta soma ia engordar 2.800 prelados e bispos, 5.600 superiores e priores, 60.000 párocos e curas, e 24.000 monges e 36.000 freiras que enchiam os conventos. Este exército de padres estava livre de impostos e de obrigações de serviço militar. Nos tempos de calamidade - guerra, más colheitas, epidemias - a Igreja pagava ao tesouro do Estado uma taxa *voluntária* que nunca excedia a 16 milhões de francos.

O clero, assim privilegiado, constituía, com a nobreza, uma classe dominante vivendo à custa do sangue e do suor dos servos. Os altos postos na Igreja e os que pagavam melhor eram distribuídos somente aos nobres e permaneciam na mão da nobreza. Conseqüentemente no período da escravidão, o clero foi aliado fiel da nobreza dando-lhe apoio e ajuda para oprimir o povo a quem nada oferecia senão sermões, de acordo com os quais o povo devia permanecer humilde e resignar-se com a sua sorte. Quando o proletariado do campo e da cidade se levantava contra a opressão e escravatura, encontrava no clero um opositor feroz. É também verdade que mesmo dentro da Igreja havia duas classes: o alto clero que absorvia toda a riqueza, e a grande massa dos curas rurais, cujos modestos recursos não iam além de 500 a 2.000 francos anuais. Portanto, esta classe desprotegida revoltava-se contra o clero superior e, em 1789, durante a Grande Revolução, juntou-se ao povo para combater contra o poder da nobreza laica e eclesiástica.

Assim foram as relações entre a Igreja e o povo modificadas com o passar do tempo. A cristandade começou como uma mensagem de consolação aos deserdados e pobres. Trazia uma doutrina que combatia a desigualdade social e o antagonismo entre ricos e pobres; ensinou a comunhão das riquezas. Em breve este templo de igualdade e fraternidade tornou-se uma nova fonte de antagonismos sociais. Tendo abandonado a luta contra a propriedade individual que tinha sido feita pelos primeiros apóstolos, o clero juntou ele próprio riquezas, aliou-se com a classe dominante que explorava o trabalho da classe trabalhadora. Nos tempos feudais a Igreja pertencia à nobreza, à classe dominante, e defendia ferozmente o poder desta contra a revolução. No fim do século XVIII e princípios do século XIX, o povo da Europa Central varreu a escravatura e os privilégios da nobreza. A esta altura a Igreja aliou-se outra vez às classes dominantes - à burguesia industrial e comercial. Hoje, a situação mudou e o clero já não possui grandes estados, mas possui capital que tenta tornar produtivo pela exploração do povo através do comércio e indústria, como fazem os capitalistas.

A Igreja Católica na Áustria possuía, de acordo com as suas próprias estatísticas, um capital de mais de 813 milhões de coroas, das quais 300 milhões eram em terras aráveis e em propriedades, 387 milhões de obrigações e além disso emprestou a juros o total de 70 milhões aos donos de fábricas e aos homens de negócios. Eis como a Igreja, adaptando-se aos tempos modernos, mudou para uma forma capitalista industrial e comercial a partir de um domínio feudal. Como outrora, ela continua a colaborar com a classe que se enriquece à custa do proletariado rural.

Esta mudança é ainda mais espantosa na organização dos conventos. Em certos países, tais como a Alemanha e a Rússia, os mosteiros foram suprimidos há muito tempo. Mas onde ainda existem, na França, Itália e Espanha, tudo evidencia o papel enorme desempenhado pela Igreja no regime capitalista.

Na Idade Média, os conventos eram o abrigo do povo, que lá se refugiava para se livrar da severidade dos senhores e príncipes e onde encontrava alimento e proteção em caso de pobreza extrema. Os conventos não recusavam pão e sustento ao esfomeado. Não esqueçamos, especialmente, que a Idade Média nada sabia de comércio como é normal nos nossos dias. Toda propriedade, todo convento produzia em abundância para si próprio, graças ao trabalho dos servos e dos artífices. Muitas vezes as provisões em reserva não tinham saída. Quando produziam mais cereal, mais legumes, mais madeira do que era necessário para consumo dos monges, o excedente não tinha valor. Não havia comprador para ele e nem todos os produtos podiam ser preservados. Nestas condições, os conventos cuidavam gratuitamente dos seus pobres, em todo o caso oferecendo-lhes apenas uma pequena parte do que tinha sido extraído de seus servos. (Este era o costume normal neste período e quase todas as propriedades pertencentes à nobreza procediam do mesmo modo). De fato, os conventos beneficiavam-se consideravelmente desta benevolência; tendo fama de abrir suas portas aos pobres, recebiam grandes dádivas e legados dos ricos e poderosos. Com o aparecimento do capitalismo e da produção para troca, todos os objetos adquiriram um preço e tornaram-se negociáveis. Nesta altura, os conventos, as casas dos senhores e dos eclesiásticos cessaram os seus benefícios. O povo não encontrou aí mais refúgio. Eis uma razão, entre outras, por que no princípio do capitalismo, no século XVIII, quando os trabalhadores não estavam ainda organizados para defender os seus interesses, apareceu uma pobreza tão aterrorizadora que parecia que a humanidade tinha regressado aos dias da decadência do Império Romano. Mas enquanto a Igreja Católica, nos primeiros tempos, se esforçou por auxiliar o proletariado romano pregando o comunismo, a igualdade e a fraternidade, no período capitalista agiu de um modo completamente diferente. Procurou sobretudo beneficiar-se com a pobreza do povo: pôs a mão-de-obra barata a trabalhar. Os conventos tornaram-se literalmente infernos de exploração capitalista, tanto piores quanto tinham a seu serviço mulheres e crianças. A causa judicial contra o convento do Bom Pastor, na França, em 1903, foi um exemplo retumbante destes abusos. Meninas de 12, 10 e 9 anos eram compelidas a trabalhar em condições abomináveis, sem descanso, arruinando os olhos e a saúde e eram mal alimentadas e sujeitas à disciplina de prisão.

Nesta altura, os conventos estão quase todos abolidos na França e a Igreja perde a oportunidade da exploração capitalista direta. O dízimo, o açoite dos servos, tinham sido igualmente abolidos há muito tempo. Isto não impede o clero de extorquir dinheiro à classe trabalhadora por outros métodos, e especialmente através de missas, casamentos, funerais e batismos. E os governos que sustentam o clero obrigam o povo a pagar o seu tributo. Em todos os países, exceto nos EUA e na Suíça, onde a religião é um assunto pessoal, a Igreja recebe do Estado enormes somas que obviamente provêm do duro trabalho do povo. Por exemplo, na França os gastos com o clero sobem a 40 milhões de francos por ano.

Para resumir, é o trabalho de milhões de explorados que assegura a existência da Igreja, do governo e da classe capitalista. As estatísticas relativas ao rendimento da Igreja na Áustria dão idéia da considerável riqueza daquela que foi outrora refúgio dos pobres. Há cinco (isto é, em 1900) as suas receitas anuais ascendiam a 60 milhões de coroas e as despesas não excediam a 35 milhões. Assim, no decurso de um só ano, punha de lado 25 milhões à custa do suor e sangue derramados pelos trabalhadores. Aqui estão alguns detalhes desse orçamento: o Arcebispado de Viena, com um rendimento anual de 300.000 coroas, e com despesas não superiores à metade dessa quantia, fazia 150.000 coroas de economias por ano; o capital fixo do Arcebispado era de cerca de 7 milhões de coroas. O Arcebispado de Praga goza de um rendimento superior a meio milhão e tem cerca de 300.000 de despesas; o seu capital atinge quase 11 milhões de coroas. O Arcebispado de Olmutz tem mais de meio milhão de rendimentos e cerca de 400.000 de despesas; sua fortuna excede a 14.000 milhões. O clero subordinado, que muitas vezes alega pobreza, não explora menos a população. Os rendimentos anuais dos párocos da Áustria atingem 35 milhões de coroas, as despesas apenas 21 milhões, com o que as economias dos párocos chegam anualmente a 14 milhões. As propriedades paroquiais valem mais de 450 milhões. Finalmente, os conventos de há cinco anos possuíam, deduzidas todas as despesas, uma receita líquida de 5 milhões por ano. Estas riquezas cresciam anualmente, enquanto a pobreza dos trabalhadores explorados pelo capitalismo e pelo Estado crescia de ano para ano.

Na Polônia, em toda parte, o estado de coisas é exatamente como na Áustria.

CAPÍTULO IV

Depois de termos revisto resumidamente a história da Igreja não podemos surpreender-nos que o clero apóie o governo czarista e os capitalistas contra os trabalhadores revolucionários que lutam por um futuro melhor. Os trabalhadores com consciência de classe, organizados no Partido Social Democrata, lutam por dar realidade à idéia de igualdade social e da fraternidade entre os homens, objetivos que fora anteriormente o da Igreja Cristã.

Não é possível empreender a igualdade quer numa sociedade baseada na escravatura, quer numa sociedade baseada na servidão: torna-se possível entendê-la no nosso tempo, isto é, no regime do capitalismo industrial. O que os apóstolos cristãos não puderam conseguir com os seus ardentes discursos contra o egoísmo dos ricos, os proletários modernos, trabalhadores conscientes da sua posição de classe, podem principiar a realizar no futuro próximo pela conquista do poder político em todos os países, apoderando-se das fábricas, da terra e de todos os meios de produção dos capitalistas para os tornar propriedade comum dos trabalhadores. O comunismo que os sociais-democratas têm em vista não consiste na distribuição entre pobres, ricos e preguiçosos da riqueza produzida por escravos e servos, mas no trabalho comum honesto e unido e no gozo honesto dos frutos comuns desse trabalho. O socialismo não consiste em dádivas generosas feitas pelos ricos aos pobres, mas na abolição total de toda diferença entre ricos e pobres, obrigando todos igualmente a trabalhar de acordo com sua capacidade para se suprimir a exploração do homem pelo homem.

Com o propósito de estabelecer a ordem socialista, os trabalhadores organizam-se no Partido Social Democrata dos trabalhadores que se propõem a este fim. Eis porque a Social Democracia o movimento dos trabalhadores enfrentam o ódio feroz das classes proprietárias que vivem à custa dos trabalhadores.

As enormes riquezas acumuladas pela Igreja, sem qualquer esforço de sua parte, vêm da exploração e da pobreza do povo trabalhador. A riqueza dos arcebispos e bispos, dos conventos e paróquias, dos donos das fábricas, dos comerciantes e dos proprietários de terras, é comprada ao preço de esforços desumanos dos trabalhadores da cidade e do campo. Qual é a única origem das dádivas e dos legados que os ricos senhores fazem à Igreja? Obviamente que não é o trabalho das suas mãos e o suor dos seus rostos, mas a exploração dos trabalhadores que lidam incessantemente para eles; servos ontem, assalariados hoje. Além disso, os subsídios que os governos hoje dão ao clero vêm do Tesouro Público, constituído na maior parte por impostos tirados às massas populares. O clero, não menos do que a classe capitalista, vive do povo, beneficia-se da degradação, da ignorância e da opressão das pessoas. O clero e os capitalistas parasitas odeiam a classe trabalhadora organizada, consciente dos seus direitos, que luta pela conquista das suas liberdades. Pois a abolição da desordem capitalista e o estabelecimento da igualdade entre os homens desfeririam um golpe mortal, especialmente no clero que só existe graças à exploração e à pobreza. Mas sobretudo, o Socialismo ajuda a assegurar à humanidade uma felicidade honesta e sólida cá em baixo, a dar ao povo a maior educação possível e o primeiro lugar na sociedade. É precisamente esta felicidade aqui na Terra que os servidores da Igreja temem como uma praga.

Os capitalistas moldaram a golpes de martelo os corpos do povo, em cadeias de pobreza e escravatura. Paralelamente a isto, o clero, ajudando os capitalistas e servindo a seus próprios interesses, aprisiona o espírito do povo, mantém-no em ignorância crassa, pois compreende bem que essa educação poria fim ao seu poder. O clero, falsificando o primitivo ensinamento do Cristianismo que tinha por objetivo a felicidade terrena dos humildes, tenta hoje persuadir os trabalhadores de que o sofrimento e a degradação que suportam não provém duma estrutura social defeituosa, mas sim do Céu, da vontade da *Providência*. Assim, a Igreja mata nos trabalhadores a força, a esperança e o desejo de um futuro melhor, mata a fé em si próprios e o respeito por si mesmos. Os padres de hoje, com os seus ensinamentos falsos e venenosos, mantêm continuamente a ignorância e a degradação do povo. Eis algumas provas irrefutáveis:

Nos países onde o clero católico goza de grande poder sobre a mentalidade do povo, na Espanha e na Itália por exemplo, as pessoas são mantidas em completa ignorância. A embriaguez e o crime florescem aí. Por exemplo, comparemos as duas províncias da Alemanha, Baviera e Saxônia. A Baviera é um estado agrícola onde a população vive predominantemente sob influência do clero católico. A Saxônia é um estado industrializado onde os sociais democratas exercem um grande papel na vida dos trabalhadores. Vencem as eleições parlamentares em quase todas as circunscrições, razão pela qual a burguesia mostra o seu ódio contra esta Província social democrata *vermelha*. E o que é que se vê? As estatísticas oficiais mostram que o número de crimes econômicos cometidos na ultracatólica Baviera é relativamente muito mais elevado do que na *vermelha Saxônia*. Vemos que em 1898, em cada 100.000 habitantes havia:

	Baviera	Saxônia
Roubo com violência	204	185
Assaltos e ataques	296	72
Perjúrio	4	1

Encontramos uma situação completamente similar ao comparar o recorde de crimes em Possem dominada pelos padres como o de Berlim onde a influência da Social Democrata é maior. No curso do ano vemos 100.000 habitantes em Possem, 232 casos de ataques e ferimentos e em Berlim 172 apenas.

Na cidade papal, Roma, durante um único mês do ano de 1869 (o penúltimo ano do poder temporal dos papas), foram condenadas: 279 pessoas por assassinio, 728 por assaltos, 297 por roubo e 21 por fogo posto. Estes são os resultados do domínio clerical sobre o povo assoberbado pela pobreza .

Isto não quer dizer que o clero incite diretamente o povo ao crime. Bem ao contrário, nos seus sermões os padres condenam com freqüência o roubo, os assaltos e a embriagues mas os homens não roubam, não assaltam nem se embebedam porque gostem de o fazer ou de perseverar nesses hábitos. É a pobreza e a ignorância que são causas disso. Portanto aquele que mantém viva a ignorância e a pobreza do povo, aquele que mata sua energia e a sua vontade de sair desta situação, aquele que põe toda a espécie de obstáculos no caminho dos que tentam educar o proletariado, esse é responsável por estes crimes exatamente como se fosse um cúmplice.

A situação nas áreas mineiras da católica Bélgica era semelhante até há pouco tempo. Os sociais- democratas foram lá. O seu apelo vigoroso aos infelizes e degradados trabalhadores ecoou através do país: "Trabalhador levanta-te a ti mesmo! Não roubes, não te embebedes, não baixes a cabeça em desespero! Lê, ensina-te a ti mesmo! Junta-te aos teus irmãos de classe na organização, luta contra os exploradores que te maltratam! Emergirás da pobreza, tornar-te-ás um homem!"

Assim, os Sociais Democratas elevam o povo e fortalecem os que perdem a esperança, reúne os fracos numa poderosa organização. Abrem os olhos dos ignorantes e mostram o caminho da igualdade, da liberdade, e do amor aos nossos vizinhos.

Por outro, os servos da Igreja trazem ao povo apenas palavras de humilhação e desencorajamento. E, se Cristo aparecesse hoje na terra, atacaria com certeza os padres, os bispos e arcebispos que defendem os ricos e vivem explorando os desafortunados, como outrora atacou os comerciantes que expulsou do templo para que a presença ignóbil deles não maculasse a Casa de Deus.

Eis porque rebentou uma luta desesperada entre o clero, suporte da opressão, e os sociais democratas anunciadores da libertação. Nesta luta não há comparação com a da noite escura e a do sol nascente? Porque os padres não são capazes de combater o socialismo com a inteligência e a verdade, têm de recorrer à violência e à maldade. As suas falas de Judas caluniam os que levantam a consciência de classe. Por meio de mentiras e calúnias tentam manchar todos os que oferecem as suas vidas pela causa dos trabalhadores. Estes servidores e adoradores do Bezerra de Ouro suportam e aplaudem os crimes do governo czarista e defendem o trono do último déspota que oprime o povo como Nero.

Mas é em vão que os indignais, que desesperais que degenerais de servidores da Cristandade e vos torneis servidores de Nero. É em vão que ajudais os nossos assassinos, em vão protegeis os exploradores do proletariado sob o sinal da cruz. As vossas crueldades e calúnias nos tempos antigos não puderam impedir a vitória da idéia cristã, a idéia que sacrificaste ao Bezerra de Ouro; hoje os vossos esforços não levantarão nenhum obstáculo à vinda do Socialismo. Hoje sois vós, com as vossas mentiras e ensinamentos, que sois pagãos, e somos nós quem traz aos pobres, aos explorados, as novas da fraternidade e da igualdade. somos nós quem está a marchar para a conquista do mundo como fez aquele que outrora proclamou que é mais fácil a um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que a um rico entrar no Reino do Céu.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

O clero tem ao seu dispor dois meios para combater a Social Democracia. Onde o movimento da classe trabalhadora começa a ser reconhecido, como é o caso da Polônia, onde as classes dominantes ainda têm esperança de a esmagar, o clero combate os socialistas com sermões ameaçadores, caluniando-os e condenando a *cobiça* dos trabalhadores. Mas nos países onde as liberdades políticas estão estabelecidas e onde o partido dos trabalhadores é poderoso, como por exemplo na Alemanha, França e Holanda, aí o clero procura outros meios. Esconde o seu fim real e já não encara os trabalhadores como um inimigo declarado, mas como um falso amigo. Deste modo vereis os padres a organizar os trabalhadores e a fundar Federações Industriais Cristãs. Desta maneira tentam apanhar peixe na sua rede, atrair os trabalhadores a esta ratoeira de falsas federações onde ensinam a humildade, ao contrário das organizações da Social Democracia que têm em vista lutar e defender-se contra a opressão.

Quando o governo czarista finalmente cair sob os golpes do proletariado revolucionário na Polónia e da Rússia, e quando a liberdade política existir no nosso país então veremos o mesmo Arcebispo Popiel e os mesmos eclesiásticos que hoje trovejam contra os militantes, começarem repentinamente a organizar os trabalhadores em associações *cristãs e nacionais* para conduzi-los. Já estamos no princípio desta atividade subterrânea da *Democracia Nacional* que assegura a colaboração futura com os padres e hoje os ajuda a difamar os sociais democratas. Os trabalhadores devem, portanto, ser avisados do perigo para que não se deixe apanhar na vitória próxima da revolução, pelas palavras doces dos que hoje, do alto dos seus púlpitos, ousam defender o governo

czarista, que mata os trabalhadores, e o aparelho repressivo do capital, que é a causa principal da pobreza do proletariado. Para os defender contra o antagonismo do clero no tempo presente, durante a revolução e contra a sua falsa amizade de amanhã, depois da revolução, é necessário aos trabalhadores organizarem-se no Partido Social Democrata.

E aqui está a resposta a todos os ataques do clero: A Social Democracia de modo algum combate os sentimentos religiosos. Ao contrário, procura completa liberdade de consciência para todo o indivíduo e a mais ampla tolerância possível para qualquer fé e qualquer opinião. Mas desde o momento que os padres usam púlpito como um meio de luta contra as classes trabalhadoras, os trabalhadores devem lutar contra os inimigos dos seus direitos e da sua libertação. Porque o que defende os exploradores e o que ajuda a prolongar este regime presente de miséria, esse é que é o inimigo mortal do proletariado, quer esteja de batina ou de uniforme de polícia.